



CADERNO DE ENCARGOS

Aquisição de serviços de “Apoio Psicológico junto dos/as alunos/as do município de Cinfães, no âmbito do Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar do Tâmega e Sousa (PIPSE)”.

Ajuste Direto

CPV: 85121270-6 Serviços de Psiquiatria ou Psicologia

Penafiel, janeiro 2025

ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS	3
Cláusula 1. ^a – Objeto	3
Cláusula 2. ^a – Contrato.....	3
Cláusula 5. ^a – Esclarecimento de dúvidas na interpretação dos documentos que regem a prestação do contrato	4
Cláusula 6. ^a – Local da prestação de serviços	4
Cláusula 7. ^a – Preço contratual	5
Cláusula 8. ^a – Condições de pagamento	5
Cláusula 9. ^a – Revisão de preços e adiantamentos	6
Cláusula 10. ^a – Obrigações da entidade adjudicante	6
Cláusula 11. ^a – Obrigações do prestador de serviços	6
Cláusula 12. ^a – Forma de prestação do serviço	7
Cláusula 13. ^a – Dever de sigilo	7
Cláusula 14. ^a – Proteção de dados pessoais	7
Cláusula 15. ^a – Subcontratação e cessão da posição contratual.....	8
Cláusula 16. ^a – Modificações objetivas do contrato	8
Cláusula 17. ^a – Força maior.....	8
Cláusula 18. ^a – Penalidades contratuais	9
Cláusula 19. ^a – Resolução do contrato pela entidade adjudicante	10
Cláusula 20. ^a – Resolução por parte do prestador de serviços	10
Cláusula 21. ^a – Foro competente.....	10
Cláusula 22. ^a – Legislação aplicável	10
Cláusula 23. ^a – Comunicações e notificações	10
Cláusula 24. ^a – Contagem dos prazos	11
Cláusula 25. ^a – Gestor do contrato	11
PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS	12
Cláusula 26. ^a – Âmbito	12
Cláusula 27. ^a – Descrição dos trabalhos	12
Cláusula 29. ^a – Entregáveis	13

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.ª – Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar que tem por objeto principal a aquisição de serviços de *“Apoio Psicológico junto dos/as alunos/as do município de Cinfães, no âmbito do Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar do Tâmega e Sousa (PIPSE)”*.
2. A presente atividade encontra-se prevista na candidatura ao Aviso NORTE2030 2024-5 Programas Intermunicipais de Promoção do Sucesso Escolar (ITI).
3. A presente prestação de serviços cumprirá com as especificações técnicas constantes do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.ª – Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros.

Cláusula 3.ª – Preço base

O preço base para a elaboração do serviço a contratar é de 8 400,00€ (oito mil e quatrocentos euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 4ª – Duração

1. O adjudicatário obriga-se a concluir a execução da prestação do serviço, com todos os elementos referidos no caderno de encargos, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da celebração do contrato.
2. Os prazos previstos nos números anteriores podem ser prorrogados por iniciativa da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (CIM do Tâmega e Sousa), desde que devidamente fundamentado e com o acordo das partes.
3. Sem prejuízo das normas legais imperativas relativas ao reequilíbrio financeiro, findo o prazo referido no número 1, e caso não tenha sido atingido o valor contratual previsto, extingue-se o contrato sem que assista ao prestador de serviços o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.

Cláusula 5.ª – Esclarecimento de dúvidas na interpretação dos documentos que regem a prestação do contrato

1. As dúvidas que o adjudicatário tenha na interpretação dos documentos por que se rege a prestação de serviços devem ser submetidas à Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (CIM do Tâmega e Sousa) antes do início da execução da prestação de serviços a que respeitam.
2. No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução da prestação de serviços a que dizem respeito, deverá o adjudicatário submetê-las, imediatamente, à CIM do Tâmega e Sousa juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.
3. A falta de cumprimento do disposto no número anterior torna o adjudicatário responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito.

Cláusula 6.ª – Local da prestação de serviços

Os serviços objeto do contrato serão prestados nos locais indicados pela entidade adjudicante, na área da NUT III Tâmega e Sousa, tendo em conta a natureza dos serviços a prestar, concretamente: nos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas do município de Cinfães, e respetivas escolas.

Cláusula 7.ª – Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deverá pagar ao adjudicatário o valor da proposta apresentada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como das demais obrigações constantes do Caderno de Encargos, a CIM-TS deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, que não poderá ser superior ao preço máximo fixado no presente Caderno de encargos.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 8.ª – Condições de pagamento

1. O pagamento do serviço objeto do presente contrato será executado mensalmente, em função do cumprimento pelo adjudicatário das obrigações prevista na cláusula 27.ª do caderno de encargos;
2. As quantias devidas pela Entidade Adjudicante nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pela Entidade Adjudicante das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
3. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. As faturas deverão ser emitidas em nome da CIM do Tâmega e Sousa, devendo da mesma constar obrigatoriamente os seguintes elementos: descrição detalhada do serviço prestado, respetivo período de tempo de trabalho, referência ao valor hora, nº do contrato e compromisso.
5. O pagamento do serviço objeto do presente contrato será executado em função do cumprimento pelo adjudicatário das obrigações previstas na cláusula 27.ª do caderno de encargos, em função do número de horas realizadas, por mês.

6. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 4 as faturas serão pagas, através de cheque ou transferência bancária, para número de identificação bancária e instituição de crédito indicada pelo prestador de serviços.

Cláusula 9.ª – Revisão de preços e adiantamentos

4. Não há direito a revisão de preços e não haverá lugar a adiantamentos nem a prémios por cumprimento antecipado.

Cláusula 10.ª – Obrigações da entidade adjudicante

5. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e nos documentos contratuais, a CIM do Tâmega e Sousa obriga-se a colaborar de boa-fé na execução do contrato, fornecendo ao Adjudicatário as informações e esclarecimentos que, de acordo com as melhores técnicas, práticas e normas da indústria, exigíveis a profissionais experimentados e qualificados, aquele lhe solicite.

Cláusula 11.ª – Obrigações do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o prestador de serviços a obrigação da prestação de serviços da execução do contrato com a qualidade expectável e a Obrigação de cumprimento rigoroso do cronograma proposto.
2. O prestador de serviços deverá proceder à entrega dos seguintes entregáveis:
 - a) Relatório de atividades, (produzir relatórios, pareceres e outros documentos formais no âmbito das suas funções, nomeadamente relatórios de avaliação psicológica de base à definição de planos individualizados);
 - b) Mapas de assiduidade.
3. O adjudicatário obriga-se a entregar à CIM do Tâmega e Sousa os entregáveis previstos no número anterior, entre o dia 1 e 10 de cada mês, vencendo-se esta obrigação no mês seguinte ao da execução do contrato.
4. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 12.ª – Forma de prestação do serviço

5. O adjudicatário fica obrigado a participar, sempre que a entidade adjudicante o solicite, nas reuniões de coordenação com os representantes da Entidade Adjudicante.

Cláusula 13.ª – Dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à CIM do Tâmega e Sousa, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever do sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviço ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 14.ª – Proteção de dados pessoais

Na realização de quaisquer trabalhos no âmbito do contrato, o adjudicatário obriga-se a cumprir todas as normas constantes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (cf. REGULAMENTO (UE) 2016/679 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 27 de abril de 2016) (RGPD), em particular no que diz respeito aos artigos 28.º a 32.º.

- a) No que se refere ao tratamento de dados pessoais, pelo adjudicatário, deverá circunscrever-se apenas à informação fornecida pela Entidade Adjudicante.
- b) Em circunstância alguma o adjudicatário procederá à recolha de dados pessoais no decorrer da execução da prestação de serviços;
- c) O adjudicatário deverá a qualquer altura, por solicitação da Entidade Adjudicante, ser capaz de prestar provas de todas as atividades de tratamento dos dados sob a sua responsabilidade, tal como previsto no n.º 2 do artigo 30.º do RGPD, sem prejuízo de adotar as medidas técnicas e organizativas adequadas em ordem à satisfação das disposições do RGPD.
- d) O disposto nos números antecedentes não prejudica, caso se revele necessário, celebrar contrato avulso a que se refere o artigo 28.º, n.º 3, do RGPD.

Cláusula 15-ª – Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer uma das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

Cláusula 16-ª – Modificações objetivas do contrato

1. Sem prejuízo do disposto nos artigos 312.º e 313.º, ambos do CCP, o contrato poderá ser modificado, desde que sejam cumpridos os seguintes requisitos cumulativos:
 - a) Por acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene do que a do contrato;
 - b) Não poderá resultar num aumento do preço contratual;
 - c) O prazo de execução do contrato não poderá ser considerado fator ou subfactor que densifique o critério de adjudicação em termos de proposta economicamente mais vantajosa.
 - d) Os aspetos relacionados com a modificação do contrato não poderão estar submetidos pelo caderno de encargos à concorrência de mercado.
2. No caso dos contratos não sujeitos a forma escrita, salvo previsão expressa no programa de procedimento e nas situações previstas no artigo 95.º, n.º 1, do CCP, constituirá forma bastante a junção ao processo administrativo de documento comprovativo da aceitação da modificação por parte do cocontratante e o despacho de aprovação por parte da entidade adjudicante.
3. Encontram-se na previsão da alínea c) do n.º 1, os contratos plurianuais que, por motivo fundamentado, não possam ser objetivamente executados no período inicialmente previsto.

Cláusula 17.ª – Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, constituem casos de força maior, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:

- e) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Prestador de Serviços, na parte em que intervenham;
 - f) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Prestador de Serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - g) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Prestador de Serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - h) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Prestador de Serviços de normas legais;
 - i) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Prestador de Serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - j) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Prestador de Serviços não devidas a sabotagem;
 - k) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 18.^a – Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a CIM do Tâmega e Sousa pode exigir do fornecedor o pagamento de uma multa pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos da legislação em vigor;
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a CIM do Tâmega e Sousa tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento;
3. Se o valor acumulado das penalidades previstas na presente cláusula for igual ou superior 20% (vinte por cento) do preço contratual, a CIM do Tâmega e Sousa poderá resolver o contrato;
4. As penalidades serão aplicadas mediante notificação ao adjudicatário;
5. A aplicação de penalidades está sujeita a audiência prévia do adjudicatário;

6. A aplicação de penalidades não tem a natureza de cláusula penal, não prejudicando o direito da CIM do Tâmega e Sousa de ser ressarcido nos termos gerais de Direito pelos prejuízos causados pelo incumprimento das obrigações do adjudicatário.

Cláusula 19.ª – Resolução do contrato pela entidade adjudicante

1. O incumprimento do contrato por qualquer das partes contratantes dará à parte não faltosa o direito de o resolver nos termos gerais do direito.
2. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviço e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela entidade adjudicante.

Cláusula 20.ª – Resolução por parte do prestador de serviços

O prestador de serviços pode resolver o contrato nos termos dos artigos 332.º e 449.º do CCP.

Cláusula 21.ª – Foro competente

Estabelece-se que o Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel é o foro competente para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato.

Cláusula 22.ª – Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, designadamente pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, pelo CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e demais legislação complementar.

Cláusula 23.ª – Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 24.^a – Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, sendo considerados sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 25.^a – Gestor do contrato

É designado como gestor do contrato, a quem compete acompanhar permanentemente a execução deste: (pessoa a indicar pela CIM do Tâmega e Sousa na fase de celebração do contrato).

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 26.ª – Âmbito

A presente aquisição de serviços de “*Apoio Psicológico junto dos/as alunos/as do município de Cinfães, no âmbito do Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar do Tâmega e Sousa (PIPSE)*”, enquadrada na Operação NORTE2030-FSE+-01361500, no âmbito da candidatura ao Aviso NORTE2030 2024-5 Programas Intermunicipais de Promoção do Sucesso Escolar (ITI), cofinanciada pelo Programa Operacional Regional do Norte 2021-2027 (Norte 2030), no quadro do regulamento específico da área Temática “Demografia, Qualificações e Inclusão”.

O PIPSE tem como objetivo principal a promoção do sucesso escolar no território intermunicipal e prevê a execução de várias atividades estratégicas, sendo uma delas a criação e implementação de equipas municipais multidisciplinares constituídas por profissionais de diferentes áreas, as quais asseguram a implementação, execução e monitorização das ações previstas no programa, contribuindo diretamente para a concretização das metas definidas no âmbito deste esforço conjunto. Neste âmbito, através da presente aquisição de serviços de “Apoio Psicológico”, pretende-se o reforço da equipa, no sentido de ampliar a capacidade de ação no território, garantindo não só a resposta às necessidades emergentes identificadas no município de Cinfães, mas também contribuindo para a consolidação de um modelo de intervenção colaborativo à escala supramunicipal, alinhado com as prioridades estratégicas estabelecidas no âmbito do PIPSE e em consonância com os objetivos gerais do programa NORTE2030, de modo a assegurar uma efetiva promoção do sucesso escolar e do desenvolvimento educacional sustentável na região do Tâmega e Sousa.

Cláusula 27.ª – Descrição dos trabalhos

Constitui objetivo geral dos trabalhos a realização das seguintes ações:

- a) Intervir, a nível psicológico e psicopedagógico, na observação, orientação e apoio dos alunos, promovendo a cooperação de professores, pais e encarregados de educação em articulação com a comunidade;
- b) Desenvolver programas e ações de aconselhamento pessoal e vocacional a nível individual e/ou grupal;
- c) Colaborar no diagnóstico das necessidades educativas especiais, aplicando modelos, métodos e técnicas de avaliação psicológica.

- d) Produzir relatórios, pareceres e outros documentos formais no âmbito das suas funções, nomeadamente relatórios de avaliação psicológica de base à definição de planos individualizados;
- e) Elaborar o diagnóstico e encaminhamento de situações problema em termos de dificuldade de ensino-aprendizagem ou insucesso;
- f) Estabelecer a articulação direta ente CIM-TS, os Municípios e os Agrupamentos de Escolas em todas as questões relacionadas com as atividades no âmbito do PIPSE;
- g) Apoiar no processo de monitorização e avaliação do cumprimento de objetivos e metas dos projetos a desenvolver; executar outras tarefas que lhe sejam atribuídas superiormente.

Cláusula 29.^a – Entregáveis

Os entregáveis deverão ser apresentados em formato editável, entre os quais: .docx, .xlxs, .ppt, .shp.

Mensalmente, terá de apresentar à Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, “Relatório Mensal de atividade” a qual deve conter a seguinte informação:

1. Escolas onde o trabalho foi desenvolvido;
2. N.º de alunos por escola, turma, nome titular de turma, ciclo de ensino, ano de escolaridade dos alunos acompanhados;
3. materiais/recursos utilizados (se aplicável).